



Câmara Municipal de Cuitegi
Aprovado em 1ª discussão
Em 22 de 20 25
Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER N° 032/2025

PROJETO DE LEI N° 025/2025

Origem: Poder Executivo Municipal

Ementa: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, SUCATA E/OU EM DESUSO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI, POR MEIO DE LEILÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Ver. Marlison Alexandre dos Santos

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 025/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que tem por objeto autorizar a alienação de bens móveis inservíveis, sucata e/ou em desuso de propriedade do Município de Cuitegi, mediante leilão público, conforme avaliação prévia realizada por comissão especialmente designada.

O projeto prevê ainda a destinação dos valores arrecadados para aquisição de novos veículos para a municipalidade, bem como estabelece critérios para a caracterização de bens ociosos, antieconômicos e irrecuperáveis, nos termos da legislação aplicável.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa da matéria.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Conforme dispõe o artigo 61 do **Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuitegi**, compete a esta Comissão opinar quanto à **constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa** das proposições.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

1. Constituição Federal

O projeto encontra amparo no **art. 37, caput**, da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Além disso, o **art. 37, XXI**, estabelece a obrigatoriedade de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados em lei.

2. Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021, com alterações da Lei nº 14.770/2023)

A alienação de bens móveis deve observar o disposto nos **arts. 17 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, que preveem expressamente a utilização da modalidade **leilão** para a venda de bens móveis inservíveis.

O projeto está em conformidade com essa exigência, ao prever avaliação prévia, designação de comissão e elaboração de edital com ampla publicidade.

3. Lei Orgânica do Município de Cuitegi

Nos termos da Lei Orgânica, compete privativamente ao Prefeito Municipal dispor sobre a administração de bens municipais, cabendo ao Legislativo autorizar a alienação de bens públicos, conforme determina o **artigo correspondente à competência do Executivo e do Legislativo** (autorizações patrimoniais).

Assim, a iniciativa do Chefe do Executivo é formalmente adequada, uma vez que depende de autorização legislativa para efetivar a alienação.

4. Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuitegi

O projeto tramita regularmente, sendo submetido à análise da CCJ para exame de constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o **art. 61, do Regimento Interno**, que confere à Comissão de Constituição e Justiça a competência de apreciar todos os aspectos jurídicos e legais da matéria.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

III- CONCLUSÃO E VOTO

Diante do exposto, com base em todas as bases constitucionais já citadas, e Lei Orgânica do Município, opino pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE do Projeto de Lei nº 025/2025.

Sala das Comissões, 01 de outubro de 2025.

Ver. Marlison Alexandre dos Santos, Relator e Presidente